

NOTAS DE ECONOMIA POLÍTICA: IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NO SÉCULO XX

NOTES ON POLITICAL ECONOMY: IMPERIALISM AND ECONOMIC DEPENDENCE IN THE 20TH CENTURY

Pedro Henrique Marques Cardoso^a

^aDoutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHIS-UFMT); Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás (PPGTECCER-UEG); Professor efetivo de História nas Secretarias de Educação dos Estados de Mato Grosso e Goiás (SEDUC- MT/SEDUC-GO)
Contato principal: pedro.cardoso@edu.mt.gov.br

Resumo

Consta como proposta deste artigo o debate sobre a dinâmica das relações imperialistas ao longo do século XX, entendendo que as transformações processadas no interior do modo capitalista de produção tornaram possível a existência de um novo imperialismo. Além disso, busca-se relacionar a política imperialista dos Estados Unidos e a dependência econômica nos países de economia periférica. A partir de exaustiva revisão bibliográfica, fundamentada pela perspectiva materialista histórico-dialética, o presente estudo aplica os conceitos gramscianos de Estado e Hegemonia para analisar a política externa dos Estados Unidos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Por essa via, a concepção de novo imperialismo, expressa pelo geógrafo britânico David Harvey, complementa e reforça a tese de que o poder global norte-americano se estruturou não somente pela coerção, mas especialmente pela direção intelectual e moral, isto é, pela influência cultural e ideológica. Por último, enfatiza-se o argumento de que a consolidação deste poder hegemônico está intimamente ligada ao processo de acirramento da dependência econômica das chamadas economias periféricas.

Palavras-chave: Imperialismo; Novo Imperialismo; Dependência Econômica.

Códigos JEL: F54; F02; P16.

Abstract

This article proposes a discussion on the dynamics of imperialist relations throughout the 20th century, understanding that the transformations that occurred within the capitalist mode of production made the existence of a new imperialism possible. Furthermore, this study seeks to relate the imperialist policy of the United States to the economic dependence of countries with peripheral economies. Based on a review of the literature and grounded in the historical-dialectical materialist perspective, this study applies Gramscian concepts of State and Hegemony to analyze the foreign policy of the United States, especially after the Second World War. In this way, the concept of new imperialism, as expressed by the British geographer David Harvey, complements and reinforces the thesis that American global power was structured not only through coercion, but especially through intellectual and moral leadership, that is, through cultural and ideological influence. Finally, the argument emphasizes that the consolidation of this hegemonic power is closely linked to the process of increasing economic dependence of the so-called peripheral economies.

Keywords: Imperialism; New Imperialism; Economic Dependence.

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista é, por natureza histórica, produtor de um desenvolvimento desigual. Se, por um lado, alguns países se tornaram grandes potências econômicas a partir do impulso da industrialização, gerando elevado crescimento na produção de mercadorias, além de acumularem grande excedente de capital, por outro lado, consequentemente, esse crescimento não encontrou correspondência à realidade de todo o globo, tendo em vista a quantidade de regiões pobres no mundo. Em suma, “o desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista” (Lênin, 1979, 60).

Quando Lênin expôs a ideia de que o imperialismo correspondia à fase superior do capitalismo, no início do século XX, sua observação faria referências a um contexto de enorme concentração de capital em determinados países, ao passo que muitas regiões do mundo ainda se encontravam em estado de absoluto atraso, do ponto de vista econômico. Nesse sentido, segundo o autor, a exportação de capitais para os chamados países atrasados¹ foi a estratégia adotada pelas grandes potências para, em um novo vulto de dominação, garantir novos padrões de acumulação pelo mundo, isto é, o imperialismo.

A política imperialista inaugurada no final do século XIX e acentuada no início do século XX desvelou, de certo modo, um novo nível de concentração de capital: o da escala mundial. Para tanto, a expansão do capital passou a depender diretamente da expansão territorial das grandes potências capitalistas daquele momento histórico – além das potências europeias, vale destacar, neste caso, a presença dos Estados Unidos da América e do Japão. Dessa forma, é importante observar que, de início, o imperialismo se constituiu a partir da dominação que estas potências passaram a exercer sobre outros territórios do globo.

A ação de conquista e domínio de vastas áreas do mundo, desencadeada pelos países mais ricos a partir do final do século XIX, acarretou a formação de amplos impérios coloniais. Diante deste contexto, o imperialismo se alicerçou, previamente, a partir da égide do neocolonialismo, isto é, como uma política de dominação territorial caracterizada pela expansão colonial. No entanto, é pertinente destacar que o imperialismo não se limita apenas à constituição de impérios coloniais, pois, a partir do século XX, essa estrutura de dominação passou a sofrer constantes transformações, causando, como consequência, a formação de novos modelos hegemônicos no mundo. Sendo assim, dentro das atuais relações de poder globais é possível compactuar da existência de um novo imperialismo – assunto que será debatido ao longo deste artigo.

No intuito de melhor fundamentar a presente argumentação, também consta como parte destes escritos uma análise sumária sobre os conceitos de Estado e hegemonia, tendo em vista o nível de importância de ambos no processo de entendimento da dinâmica imperialista. Além disso, é importante destacar a opção pelo materialismo histórico-dialético como perspectiva basilar fundamental na busca pela compreensão do tema aqui proposto, pois, de acordo com essa concepção, as condições materiais de existência dos homens determinam, em última instância, os demais níveis da vida social (Marx, 2008). Desse modo:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (Marx, 2008, 45).

1 A exportação de capitais das nações industrializadas da Europa para as regiões economicamente mais pobres da África, Ásia e América Latina marca o início da chamada fase imperialista. Grande parte desses capitais foi investido na forma de empréstimos, em construções de ferrovias e portos, indústrias de base, além de algumas obras de infraestrutura que pudessem facilitar a exploração de matéria prima. O imperialismo do final do século XIX se expandiu, sobretudo, pela ação neocolonialista. Esta expansão resultou na partilha da África e da Ásia, além do estabelecimento de áreas de influência em muitas regiões do globo. “Os países exportadores de capitais partilharam (no sentido figurado da palavra) o mundo entre si. Mas o capital financeiro conduziu também à partilha direta do globo”. (Lênin, 1979, 65).

Como bem afirma Perry Anderson (2019, 154), “evidentemente, o marxismo se enquadra de modo maciço e preeminente na categoria dos sistemas de pensamento preocupados com a natureza e a direção da sociedade como um todo”. Em função disso, a discussão sobre o imperialismo, novo imperialismo e dependência econômica parte da premissa de que tais elementos integram a dinâmica do modo de produção capitalista – modelo que corresponde a uma determinada fase das forças produtivas sociais, e que possui, portanto, uma condição histórica. Ou seja, os elementos analisados neste estudo compõem uma determinada realidade social. Esta, por sua vez, concebida a partir de contradições e conflitos que acabam por revelar o problema do liame entre o abstrato e o concreto presente nas relações sociais. “O marxismo descobriu a realidade natural histórica e lógica das contradições. A partir disso, conduz a uma tomada de consciência do mundo real, em que as contradições são evidentes” (Lefebvre, 2024, 13). Desta maneira, a escolha pelo método acima mencionado torna-se mais apropriada diante da complexidade histórico-social da realidade.

1. SOBRE O IMPERIALISMO

É significativo esclarecer que a expressão imperialismo começou a ser difundida nos centros acadêmicos e científicos, a partir do início do século XX. No entanto, ainda continua sendo um conceito atual, além de muito debatido dentro dos estudos marxistas. Se em seus primórdios o imperialismo caracterizou-se como uma etapa do desenvolvimento capitalista – fase em que os monopólios estiveram no alicerce do capitalismo mundial –, no curso do século XX esta estrutura de poder econômico foi se transformando na medida em que o capitalismo se dinamizava. O fato é que o imperialismo, seja enquanto teoria ou enquanto prática, ainda corresponde a um dos elementos essenciais na compreensão do capitalismo contemporâneo.

Os primeiros estudiosos do imperialismo não titubearam em concordar que a grande questão deste sistema era o problema da concentração de capitais. Hobson (1981), por exemplo, postulou em seu livro *Imperialismo, um estudo*, com 1ª edição publicada em 1902, que o desafio econômico da Inglaterra no final do século XIX era o de resolver o problema da concentração de capitais no país. Neste sentido, o autor entendia que a constituição de colônias (neocolonialismo), enquanto política específica do imperialismo, tinha o objetivo de alcançar novos territórios do globo com o intuito de transformá-los em mercados para a ampliação dos investimentos das nações imperialistas, bem como para a expansão do excedente de capital.

Por outro lado, Hobson (1981) não concebia o imperialismo como uma estrutura intrínseca ao capitalismo – aqui reside o ponto crítico de seu estudo, pois esta interpretação entra em discordância com o pensamento dos teóricos marxistas do imperialismo. Se, por um lado, o autor observou o problema da concentração de capitais na Inglaterra, por outro lado, sua análise não vincula o imperialismo a uma nova etapa da expansão do modo de produção capitalista. Hobson acreditava que, o simples fato de ocorrer uma melhor distribuição de renda global – através de reformas sociais que ocorreriam na dinâmica da expansão imperialista – eliminaria o impulso imperialista das grandes nações europeias. Ao observar que a dominação territorial desencadeada pelas potências europeias, principalmente na África e na Ásia, era fruto da ausência de mercados consumidores na Europa e, também, da forte concentração de renda neste continente, o autor entendia que a elevação da renda da classe trabalhadora europeia resolveria a questão da expansão territorial em outros continentes.

Outra importante intelectual que em seus estudos procurou refletir sobre o imperialismo foi Rosa Luxemburgo. Diferentemente de Hobson, Luxemburgo defendia a premissa de que o imperialismo era uma consequência da necessidade de expansão permanente do capitalismo. Segundo a autora (1970), o imperialismo corresponde ao contexto de expansão do capitalismo, onde as potências capitalistas industrializadas procuram expandir seus mercados por intermédio da dominação territorial (conquista de colônias), isto é, por meio da expansão a mercados externos caracterizados como pré-capitalistas. Contudo, na medida em que o imperialismo fomentasse relações capitalistas em regiões pré-capitalistas do globo, estas últimas, por sua vez, tenderiam a se transformar em capitalistas. Em outras palavras:

Luxemburgo explicava o Imperialismo e, em particular, a conquista de colônias, tipicamente organizadas em bases pré-capitalistas, pelas principais potências industriais da época. E

ia além: para que as áreas coloniais – atrasadas, fundadas em relações pré-capitalistas – pudessem atender a essa necessidade das economias capitalistas era preciso que elas próprias se transformassem em economias capitalistas (capazes de absorver as mercadorias que a metrópole não absorvia e, adicionalmente, de produzir matérias-primas e insumos necessários à indústria metropolitana) (Saes; Saes, 2013, 301).

A respeito do debate sobre o imperialismo é oportuno lembrar, ainda, que a teoria da concentração e da centralização de capitais² formulada por Marx, em *O Capital*, forneceu as bases teóricas precisas para que os intérpretes de sua obra, *a posteriori*, pudessem entender a questão do capital monopolista, bem como o surto imperialista das grandes potências na segunda metade do século XIX. “O estudo que Marx desenvolveu sobre o processo de acumulação capitalista nos revela que a concentração da produção e do capital em grandes empresas é a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista” (Ferreira, 2013, 15).

Para que a concentração de capitais aconteça sem interregnos, a produção capitalista de mais-valia precisa ser garantida. Por mais que as relações de produção estejam em constantes processos de renovação, determinadas condições que contribuem diretamente para a manutenção e reprodução deste modelo de produção não se alteram, sendo estas condições: o controle dos meios de produção e de subsistência pela burguesia e a presença da força de trabalho assalariada.

No que diz respeito ao processo de centralização de capitais, este se consolidou fundamentalmente sob a égide do capital financeiro, no qual as grandes empresas se aliaram aos grandes bancos num processo de fusão de capitais – uma das principais marcas do imperialismo. Sendo assim, na medida em que grandes empresas conseguiam absorver as empresas de médio e pequeno porte, ou na medida em que ocorria uma forte concentração de capitais sob o controle dos sistemas bancários, ocorria, consequentemente, a centralização de capitais. Essa nova realidade facilitou o controle de determinados setores da economia pelo sistema de crédito, caracterizando, também, a constituição dos monopólios por intermédio da fusão entre o capital industrial e o capital bancário. Nas palavras de Virgínia Fontes:

A fusão entre os capitais industriais e capitais bancários dava origem ao capital financeiro e a uma oligarquia financeira, sob predomínio do capital bancário, estreitamente ligados aos Estados. Inaugurava-se uma nova função dos bancos, a de centralizar num único organismo os recursos de miríades de capitalistas dispersos, convertendo-os em “capitalistas coletivos”, cujo controle e manipulação do crédito permitia expandir ou estrangular determinados setores da produção (Fontes, 2010, 106).

Lênin já preconizava, em suas reflexões, como se dava a formação de monopólios como umas das bases elementares do imperialismo. Porém, por mais que suas ideias tenham sido mais bem observadas, em termos práticos, até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, é indispensável reconhecer que suas reflexões são de grande relevância para o debate contemporâneo a respeito do imperialismo. Neste sentido, é importante destacar que, mesmo diante das frequentes transformações político-econômicas ocorridas no curso do século XX, determinadas peculiaridades características do imperialismo se perpetuaram. Os monopólios, por exemplo, continuam sendo o eixo central da economia capitalista na atualidade. Sendo assim, o debate sobre tais questões ainda é essencial.

2. TÓPICO DE TEORIA POLÍTICA: ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIA

Outro ponto importante desse debate é desvelar o papel de dois elementos nessa nova conjuntura das relações imperialistas: os papéis do Estado e da hegemonia. Numa abordagem materialista da história a sociedade se constitui a partir de dois níveis, a saber, o nível da estrutura

2 A concentração do capital baseia-se no crescimento do volume do capital a partir da transformação em capital de porções de mais-valia. Outro processo que promove a concentração de capitais é a conversão de muitos pequenos capitais em poucos grandes capitais. Uma consequência observada com o processo de concentração de capitais foi a redução (declínio) de empresas individuais ao passo em que crescia o número de grandes empresas alicerçadas em grandes sociedades por ações. No caso da centralização do capital o que ocorre é o aumento do volume do capital a partir da fusão de muitos capitais. Este processo se dá pela constituição de grandes sociedades anônimas e, principalmente, pelo fortalecimento dos sistemas bancários, onde um volume muito forte de capitais são depositados e utilizados pelas empresas sob a forma de crédito.

– que corresponde ao conjunto das forças produtivas – e o nível da superestrutura – compreendida como espaço da instância jurídico-política e da ideologia. Em síntese, esta abordagem caracteriza a sociedade capitalista. Nesse sentido, o Estado precisa atuar de modo a manter a reprodução das relações de produção, atendendo, por meio dessa atuação, os interesses da classe dominante. Isto é, os interesses da burguesia. Em outras palavras:

O Estado precisa corresponder às necessidades de reprodução das relações de produção. No capitalismo, à medida que a centralização social se torna elemento essencial, cuja necessidade aumenta com o decorrer da concentração de capital, essa necessidade reforça cada vez mais o papel do Estado. Sua própria existência, portanto, impedindo a cisão da sociedade a partir de suas contradições de classes, está comprometida com os interesses burgueses. Sua forma – mais ou menos – centralizada, correspondendo – mais ou menos – às solicitações de desenvolvimento das forças produtivas, determinará um papel de maior ou menor importância no capitalismo (Sader, 2014, 61-62).

Embora os estudos do italiano Antônio Gramsci não tenham se aprofundado a respeito das questões imperialistas, no que concerne às questões relativas ao papel do Estado, bem como o papel da hegemonia, seus escritos são de grande contribuição para a compreensão deles, sobretudo quanto à importância destes para a manutenção do capitalismo e, consequentemente, para a manutenção das práticas imperialistas. No que concerne ao Estado, Gramsci desenvolveu o conceito de Estado Ampliado. Para o autor, o entendimento sobre o papel do Estado nas sociedades ocidentais passa pela compreensão de duas esferas que existem no interior das superestruturas: a sociedade política e a sociedade civil. Por outro lado, é preciso esclarecer, antes de tudo, que “os elementos novos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo duro da teoria de Marx e Engels (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder estatal)” (Coutinho, 2011, 25).

Desse modo, entende-se por sociedade política o conjunto das forças burocráticas de uma sociedade, responsável pela coerção. Ou seja, os aparelhos coercitivos controlados pela classe dominante para manter o monopólio da violência (o governo e o exército, por exemplo). Em contrapartida, a sociedade civil corresponde às instituições responsáveis por formular e transmitir as ideologias (Igrejas, escolas, partidos políticos, entre outros). Em suma, a junção da sociedade política (que possui como função social a dominação pela coerção) e da sociedade civil (que possui como função social a dominação pelo consenso) equivale à ideia de Estado Ampliado para Gramsci. Em outras palavras:

Permanecemos sempre no terreno da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção) (Gramsci, 1976, 149).

A noção de Estado ampliado, então, para Gramsci, traz como novo elemento ao conceito de Estado a atribuição da sociedade civil no campo das superestruturas. Como já exposto, Estado ampliado corresponde à soma de sociedade política e sociedade civil – o que caracteriza nos cadernos de hegemonia revestida de coerção (Gramsci, 2011). Oposto ao que Marx e Engels pensaram (a sociedade civil como conjunto das relações econômicas capitalistas, ou seja, na esfera da estrutura), Gramsci apresentou novos desígnios à sociedade civil ao estabelecer que ela corresponde ao conjunto das instituições cuja função primordial é a de criar e difundir ideologias. Segundo Hugues Portelli, no que tange ao seu aspecto ideológico, “a sociedade civil pode ser considerada sob três aspectos complementares: como ideologia da classe dominante; [...] como concepção de mundo; [...] como direção ideológica da sociedade” (Portelli, 1977, 22).

Quanto à sociedade política, sua definição é caracterizada pela função coercitiva do conjunto que a compõe: as leis e as forças militares, por exemplo. Em primeiro lugar, sendo a sociedade política a instância da coerção, sua função habitual está na manutenção do controle dos grupos sociais que, pelo movimento histórico das relações sociais, não aceitam a dominação via consenso. Em um segundo plano, contudo, em determinadas situações de crise, onde a classe dirigente percebe-se ameaçada pela perda do controle das instituições da sociedade civil, a sociedade política é invocada para que os dirigentes consigam manter seu domínio. “Historicamente, [...] qualquer crise revolucionária

necessariamente desloca o elemento dominante, no seio da estrutura do poder burguês, da ideologia para a violência. A coerção torna-se ao mesmo tempo determinante e dominante em uma crise” (Anderson, 2002, 60). Para Portelli (1977, 31), “[...] nesses dois casos a sociedade política apoia-se – e este é seu último aspecto – no aparelho de Estado.”

Essa nova perspectiva de Estado, ao passo que sugere contradições relativamente às ideias marxianas, sugere também, uma valiosa extensão das reflexões a respeito deste tão complexo organismo social: o Estado. No entanto, nunca é demais salientar que a essência de Marx é mantida, isto é, a interpretação do Estado como elemento que resulta da divisão da sociedade em classes sociais distintas e antagônicas. Em outros termos, como a instância defensora dos interesses próprios de uma classe específica – aquela que domina os meios de produção. Entretanto, é importante indicar que Marx e Engels não se restringiram a mostrar apenas o caráter classista do Estado, ou seja, não se limitaram a pensar o Estado apenas de forma restrita, pois com o amadurecimento de suas ideias logo perceberam outros desígnios para tal entidade. De acordo com Coutinho (1985, 28):

Decerto, Engels – como podemos ver em sua obra tardia (de 1884) sobre *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* – não abandona a antiga posição sua e de Marx sobre a natureza de classe de todo poder estatal. Essa determinação do Estado, cuja descoberta está certamente entre as maiores contribuições do marxismo para a teoria política, continua a ter um papel decisivo nas novas formulações engelianas. Mas Engels vê agora que a dominação de classe não se manifesta apenas através da coerção (como “poder opressivo”), mas resulta também de mecanismos de legitimação que asseguram um consenso (resulta também de um “pacto”, de um “contrato”).

Lênin, em certa medida, também vai reafirmar em suas análises, o teor coercitivo e repressivo do Estado, em adesão a ideia restrita deste organismo. Por outro lado, ao enfatizar que o consenso exerce um tipo de freio ao processo de mobilização revolucionária da classe operária, Lênin, intrinsecamente, admite que o aparelho de Estado utiliza dessa estratégia para despolitizar os subalternos. Na medida em que Lênin observou o papel consensual do Estado burguês, consequentemente, também expôs os riscos da chamada democracia burguesa. De outro modo, a chamada democracia burguesa “apresenta os homens e as mulheres em posições desiguais na sociedade civil como se elas fossem iguais perante o Estado” (Anderson, 2002, 41).

Retornando ao pensamento de Gramsci, no que diz respeito à sociedade política, o pensador sardo compartilha do entendimento expresso por Marx e Engels, no qual definem sociedade política como o conjunto dos mecanismos que a classe dominante utiliza para praticar o controle da sociedade através da violência. Destaca-se, entre tais mecanismos, como já exposto, as forças repressivas e as leis. “São os aparelhos nos quais Marx e Engels em 1848-1850 e, depois deles, Lênin concentraram a atenção” (Coutinho, 1985, 60). Desse modo, a contribuição original de Gramsci, como já esboçado de forma resumida, restringe-se à definição de sociedade civil. Esta, “representa o fator ativo e positivo do desenvolvimento histórico; é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações torna-se o centro da análise” (Carnoy, 1988, 93). Nas palavras de Edilene Cruz, em seu texto “A questão da hegemonia e os processos políticos do Ocidente em Gramsci”, “a expressão Estado ampliado indica que a sociedade política ganhou novos componentes, já que não é o Estado *stricto sensu* que se agiganta, mas o fato de que também uma parcela da sociedade civil atua politicamente” (Cruz, 2009, 69).

No caso da hegemonia, esta se configura a partir do estabelecimento de uma base moral, capaz de manifestar uma nova visão de mundo fundada em elementos não apenas políticos, mas também culturais. Desta maneira, a hegemonia implica numa característica das relações sociopolíticas e culturais, onde o objetivo fulcral de sua existência é controlar o coletivo social pelo consenso. Para tanto, a ação hegemônica depende fundamentalmente de uma base ideológica, pois sendo ela um instrumento de poder no terreno da luta de classes, este poder não se afirma mediante a coerção, mas sim pela coesão.

O uso do termo hegemonia na esfera da luta política foi largamente difundido no contexto que antecedeu as mobilizações da classe operária russa contra o czarismo. Esta referência é perceptível nos escritos de Plekhanov e Lênin, sobretudo a respeito da ideia social democrata (Anderson, 2002). Entretanto, foi com Gramsci que o conceito de hegemonia passou a tomar corpo. Por mais que nos *Cadernos do cárcere* a palavra hegemonia tenha sido utilizada em diversos contextos, a originalidade do conceito reside na extensão empregada por Gramsci ao ampliar seu uso para além de critérios

ético-políticos, sendo empregada também para caracterizar o domínio do grupo dirigente no âmbito da atividade econômica.

Segundo Gramsci (2011), o Estado, ao representar os interesses das classes dominantes, usa da coerção e do consenso, ou seja, da violência e da ideologia, para garantir a reprodução das relações de poder que, numa sociedade capitalista, caracteriza-se como relação de exploração. Nesse contexto Gramsci explora o conceito de hegemonia. De acordo com ele, o Estado não domina apenas pelo aparato político-militar, mas usa como instrumento de dominação de classe os mecanismos do convencimento, da persuasão e do consentimento. Isto é, a classe dominante usa da ideologia para reproduzir sua hegemonia sobre o conjunto dos indivíduos. Diante disto, Gramsci pondera sobre a hegemonia e a ideologia afirmando que:

A proposição contida na introdução à *Crítica da economia política*, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. [...] A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico (Gramsci, 2011, 194-195).

Em vista disso, é imprescindível refletir, mesmo que de forma resumida, acerca da importância da ideologia neste processo. Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels expõem uma interpretação no tocante à ideologia, pautada a partir da existência de uma sociedade dividida em classes antagônicas. De acordo com estes autores, a consciência, a produção de ideias e representações está rigorosamente conectada à atividade material dos homens (Engels; Marx, 1987). A partir deste ponto de vista, a classe que exerce o domínio e o controle dos meios de produção, isto é, o controle da base material, domina consequentemente a produção intelectual e moral, ou seja, a ideologia. Contudo, nosso objetivo aqui não é o de esgotar esse debate, haja vista o nível de complexidade em que este se insere. Por outro lado, não se pode desvincular da compreensão acerca das práticas imperialistas, sejam elas quais forem, o entendimento de todo o aparato teórico relativo aos conceitos de Estado, hegemonia e, portanto, de ideologia.

3. OS PRESSUPOSTOS DO NOVO IMPERIALISMO E A RELAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Em continuidade ao debate a respeito do imperialismo, nossa análise se concentrará, e se sustentará, no argumento de que, as atuais relações político-econômicas no mundo norteiam-se a partir da existência de um novo imperialismo. Este, por sua vez, concebido como mais uma estratégia de dominação do capital, reforçando a submissão do globo aos interesses das grandes potências. Para o entendimento deste conceito, o de novo imperialismo, é de suma importância analisar o livro do geógrafo David Harvey, intitulado *O Novo Imperialismo* (publicado em 2003), pois esta análise contribuirá pontualmente com nossa argumentação.

Assentado no método materialista histórico-geográfico³, Harvey desvenda as condições históricas que tornaram possível a estruturação dessa nova condição de poder do capital imperialista no mundo. O objetivo central do autor é averiguar as ações econômicas e políticas dos EUA, principalmente nos pós 2º Guerra Mundial, analisando a dominação exercida por este país no mundo a partir de duas lógicas. Sendo estas, a lógica territorial do poder e a lógica capitalista do poder. Diante destas questões o novo imperialismo vai se definindo como mais uma forma estratégica do modo de produção capitalista, em busca do estabelecimento de novos padrões de acumulação do capital.

No entanto, para melhor compreensão acerca do tema, tendo em vista que essa análise é indispensável para o estudo aqui delineado, e para que não incorremos no erro de utilizar um

3 A evolução do materialismo histórico-dialético enquanto método de análise da vida social, dos fenômenos sociais, da própria história, contribuiu diretamente para a compreensão da subjetividade como reflexo da realidade objetiva. Tendo como referência o materialismo histórico-dialético, elaborado por Marx, David Harvey – geógrafo britânico – ampliou o debate a respeito da teoria e do método no campo das ideias marxistas ao elaborar o que ele denominou de materialismo histórico-geográfico. Este, por sua vez, engloba o espaço geográfico como mais um elemento de reflexão na busca pela compreensão das relações sociais. A partir desta nova categoria de pensamento o território passou a compor elemento essencial para o entendimento das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais.

conceito de forma imprecisa, antes de tudo, é relevante situar a definição de imperialismo empregada por Harvey, sendo que a assimilação desta definição se compõe como elemento pontual para o entendimento do chamado novo imperialismo. Perante o exposto:

Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que dele se dê uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos deste território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia) (Harvey, 2014, 31).

Sobre esse processo, essa nova prática imperialista não altera a condição de dependência de grande parte do mundo às chamadas potências centrais. Pelo contrário, o novo imperialismo acirra mais ainda essa condição subalterna das economias periféricas. Contudo, o que marca essa nova realidade no campo das relações econômicas é a predominância de uma estrutura dialética assinalada pela associação entre o território e o capital, isto é, a dialética entre as escalas geográficas e a produção capitalista. A compreensão desta relação dialética é uma das premissas básicas para o entendimento do atual estágio de reprodução do modo de produção capitalista, bem como do novo imperialismo. Com isso, “o fundamental é ver que as lógicas territorial e capitalista do poder diferem entre si. Porém é igualmente inegável que essas duas lógicas se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias” (Harvey, 2014, 33-34).

Do ponto de vista das relações de poder, ambas as lógicas dizem respeito ao *modus operandi* do modelo capitalista em sua constante busca pela manutenção e reprodução da hegemonia dominante. Neste sentido, de manter as bases do poder inalteradas, as lógicas territorial e capitalista do poder se entrecruzam, tendo em vista que aqueles que possuem território e capital consequentemente também possuem poder. De outro modo, quando se fala da lógica territorial do poder, significa dizer que a exploração capitalista se dá no âmbito dos espaços geográficos, no qual “a riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios” (Harvey, 2014, 35). Ou seja, uma lógica que, em nome da acumulação do capital, contribui para a exploração geográfica desigual, onde territórios (leia-se Estados) em estágio de desenvolvimento avançado se mantêm por meio da exploração de territórios imobilizados. As condições geográficas desiguais, segundo Harvey (2014, 35), são “produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca”.

No caso da lógica capitalista do poder, esta se manifesta a partir da superioridade do poder econômico em relação às outras instâncias de poder. Sendo assim, a expansão do capital ocorre de maneira generalizada, ultrapassando até mesmo a supremacia territorial. É o momento da produção capitalista onde o capital se sobrepõe ao poder político-cultural. Desta maneira, mesmo sendo lógicas com definições distintas, ambas contribuem para a expansão e intensificação do imperialismo.

Tendo em vista que alguns pontos conceituais do debate sobre o novo imperialismo foram brevemente discutidos, busca-se agora compreender a relação entre esta estrutura de dominação e o papel exercido pelas grandes potências, sobretudo pelos EUA, nesse novo jogo de poder global. A intenção em refletir sobre os conceitos de Estado e hegemonia, mesmo que de forma sucinta, se fundamenta no fato de que, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se no mundo um tipo de imperialismo que, ao passo que acirrava a dominação pela coerção, ampliava em grande medida a dominação via consenso.

Neste sentido, é notório perceber que a crítica que alguns teóricos teceram à ideia de Lênin – de que o imperialismo correspondia à fase superior do capitalismo – tem como fundamento, em análise, as constantes metamorfoses sofridas pelo capitalismo ao longo do século XX. O fato é que Lênin não viveu o suficiente para presenciar tais transformações. Sua análise se restringia ao imperialismo surgido no final do século XIX. Contudo, não constitui como pretensão desta análise entrar nesse tipo de debate teórico, pois tanto Lênin, assim como Luxemburgo e Hobson, além de vários outros, contribuíram da sua forma para a compreensão acerca do imperialismo.

Por mais que o imperialismo, desde a sua emersão, tenha se articulado por intermédio de

grandes estratagemas políticos, econômicos e culturais, o que não se pode anular é que em todos esses processos históricos a burguesia procurou assegurar sua hegemonia. Entre tantos fatores, vale lembrar que, se hoje as grandes potências imperialistas subjugam o mundo com uma coerção camouflada, amparada pela reprodução de uma ideologia dominante que gera consentimento por parte dos subalternos, não podemos nos esquecer de que num passado não tão distante esta dominação se dava explicitamente pela violência, sendo o neocolonialismo um grande exemplo – em destaque as formas de domínio territorial-militar e os discursos de superioridade racial que foram alavancados pelas potências centrais, e que acabaram contribuindo para a degradação de muitas regiões do globo, sendo a África e a Ásia as maiores vítimas desse processo.

No que tange ao novo imperialismo, a lógica capitalista passa a predominar cada vez mais como elemento fundamental para sustentação do poder hegemonicó. No entanto, o fator que o diferencia das demais manifestações imperialistas que o antecederam é, especialmente, o deslocamento do eixo do poder mundial da Europa para os Estados Unidos da América. Este deslocamento se dá pela ação dos norte-americanos na Segunda Guerra e, principalmente, pela expansão de seu poder ao longo da Guerra Fria. Com isso, os Estados Unidos passam a ser o porta-voz da ideologia burguesa mundial. Segundo Harvey (2014, 52-53):

Nessa esfera, os Estados Unidos eram não só dominantes como hegemonicós, no sentido de sua posição como Estado superimperialista basear-se na liderança em favor das classes proprietárias e das elites dominantes onde quer que existissem. Na verdade, os Estados Unidos estimularam ativamente a formação e a assunção de poder dessas elites e classes por todo o mundo: o país se tornou o principal protagonista da projeção do poder burguês por todo mundo.

Corroborando com o raciocínio de Harvey, Perry Anderson promove uma argumentação que, além de ratificar a ideia exposta acima, expande mais ainda as justificativas que revelam as causas da consolidação do imperialismo estadunidense. O autor afirma que:

O império dos EUA que passou a existir depois de 1945 teve uma longa pré-história. Na América do Norte, de forma singular, as coordenadas originárias do império foram coetâneas da nação. Elas se assentavam na combinação de uma economia de colonização livre de quaisquer resíduos ou impedimentos feudais do Velho Mundo e um território continental protegido por dois oceanos, produzindo a forma mais pura de capitalismo nascente, no maior Estado-nação de toda a Terra. Tal característica se manteve como a duradoura matriz material da ascensão do país no século posterior à Independência. Aos privilégios objetivos de uma economia e geografia sem paralelos foram acrescentados dois potentes legados subjetivos, um de cultura, outro de política: a ideia (oriunda da colonização puritana inicial) de uma nação que gozava de privilégio divino, imbuída de uma vocação sagrada; e a crença (oriunda da Guerra da Independência) de que uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna havia surgido no Novo Mundo. A partir desses quatro ingredientes se desenvolveu, muito cedo, o repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano que propiciava uma passagem suave e contínua a um imperialismo norte-americano, caracterizado por uma *complexio oppsitorum* de excepcionalismo e universalismo (Anderson, 2015, 13).

Nesse sentido, o imperialismo norte-americano aos poucos foi demarcando seu território com sanções econômicas e militares pelo mundo e, sem dúvida, pela estratégia de controle via ideologia. Na concretização deste último, prevaleceu o discurso de país condutor da liberdade e da prosperidade, isto é, o discurso de que, sendo os EUA um exemplo de país “livre” e “próspero”, caberia às potências europeias – impactadas pelos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial – compactuar dessa nova hegemonia. Além disso, a afirmação hegemonicó dos EUA nos pós Segunda Guerra provocou considerável impacto entre as burguesias nacionais dos países periféricos, sobretudo nos países da América Latina. Se até a Segunda Guerra o cenário nacionalista da América Latina era marcado fundamentalmente pela resistência da burguesia ao capital estrangeiro, no pós-guerra já se observava outra realidade, assinalada pela aceitação desta burguesia e de seus respectivos Estados ao capital internacional – principalmente dos EUA.

A rendição das burguesias nacionais da América Latina, por exemplo, ao poder hegemonicó dos EUA encontrou no desenvolvimentismo o seu respaldo. A partir desta linha de raciocínio, o capital estrangeiro poderia contribuir para o desenvolvimento econômico dos países do hemisfério sul da América. O que se sabe, na prática, é que o argumento desenvolvimentista foi mais uma forma

de escamotear as intenções imperialistas dos EUA nos países de economia periférica. Além disso, vale destacar, também, que a exportação de elementos culturais norte-americanos pelo mundo foi outro elemento importante para a consolidação e afirmação da hegemonia deste país. Sendo assim, a estratégia foi mostrar ao mundo o modo de vida americano, por meio da música, do cinema, de determinados valores morais, entre outros aspectos. Desta maneira, “o imperialismo cultural tornou-se importante arma na luta para afirmar a hegemonia geral” (Harvey, 2014, 53).

Entretanto, a posição hegemônica dos EUA no globo, alicerçada na reprodução do discurso de liberdade e democracia, trouxe à tona um grande contrassenso. Ao passo que a tese democrática norte-americana se difundia pelo mundo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, a repressão aos movimentos populares, sobretudo os de caráter socialista ou comunista crescia em larga escala. Ou melhor, a democracia se alinhava ao mundo na medida em que os interesses norte-americanos eram resguardados. “Sempre que havia um conflito entre a democracia, de um lado, e a ordem e a estabilidade assentada nos interesses dos proprietários, do outro, os Estados Unidos sempre optaram por estes últimos” (Harvey, 2014, 56). Vale lembrar, como exemplo, a quantidade de golpes militares que foram financiados pelos EUA na América Latina. O que se conclui disto? De fato, a democracia norte-americana se revelava (e se revela) como antidemocrática, portanto, com forte caráter imperialista. Na década de 1970, ao refletir sobre o caso latino-americano, pioneiramente Florestan Fernandes fez importante alerta sobre essa questão, a saber:

O que torna a hegemonia dos Estados Unidos entre as nações latino-americanas uma força incontrolável e perigosa é a presente concepção norte-americana de segurança, fronteira econômica e ação conjunta contra mudanças radicais ou revolucionárias nos países vizinhos. Essa concepção implica, na prática, a incorporação desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos, por meios organizados institucionalmente (Fernandes, 2009, 32, grifo nosso).

A partir deste ponto de vista, por exemplo, o apoio dos EUA aos movimentos de independência, ocorridos principalmente na África e na Ásia durante a Guerra Fria, está mais alinhado aos interesses imperialistas deste país nos novos territórios independentes, do que meramente um apoio irrestrito às liberdades democráticas. Dentro desta lógica, é pertinente pensar a descolonização como mais uma etapa da expansão do capital: a expansão geográfica da acumulação do capital (Harvey, 2014). Além disso, caracterizam-se como outros dois elementos deste processo: o interesse dos EUA em lucrar com o comércio de petróleo no Oriente; e o alastramento de grandes corporações capitalistas (multinacionais e transnacionais) em regiões dos continentes africano, asiático e americano. Em suma, as novas nações independentes passaram a representar novos espaços para a reprodução ampliada do capital. Argumenta Vânia Bambirra (2019, 123):

Foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas “multinacionais” que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, através da criação de sistemas financeiros internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares.

Por mais que os EUA tenham assumido uma posição hegemônica de proporções globais durante o transcurso do século XX, não se pode interpretar a dinâmica das relações de poder mundiais somente a partir deste enfoque. É importante esclarecer, todavia, que a Europa ainda domina várias regiões do globo, principalmente através de acordos econômicos. Outra questão que necessita de maiores reflexões é a ascensão econômica de determinadas nações da porção oriental da Terra, sendo o Japão uma potência já consolidada. Desta maneira é possível compreender que, no bojo das relações internacionais de poder, constituem-se estruturas hegemônicas regionais que exercem relativo domínio econômico dentro de determinados espaços geográficos. É o caso, por exemplo, das economias desenvolvidas da Europa e da Ásia. Por outro lado, do ponto de vista global, as hegemonias regionais acabam por se submeter, principalmente na perspectiva político-militar, aos mandos dos EUA. Esta prevalência dos EUA corresponde à característica central do novo imperialismo.

O aspecto mais relevante desse processo é entender que as chamadas hegemonias regionais

acabam reproduzindo o discurso, bem como os interesses, da hegemonia global. Ou seja, agem como instrumentos de poder regionais a serviço do poder global. Nesse sentido, vale destacar que isto só foi possível a partir da segunda metade do século XX, momento de consolidação da hegemonia norte-americana e de reconstrução das nações europeias e do Japão. A esse respeito:

Quando a reconstrução do pós-guerra permitiu vinte anos de rápido crescimento econômico e o aumento dos padrões de vida, a transformação desses países em prósperos protetorados dentro do ecuménico norte-americano foi alcançada praticamente sem empecilhos (Anderson, 2015, 59).

Além das questões até aqui apontadas, outro elemento importante a respeito do novo imperialismo precisa ser enfatizado: o neoliberalismo. Este, por seu lado, passou a ser difundido a partir da década de 1970, como um novo arcabouço do capital imperialista. Com o advento do neoliberalismo, a hegemonia norte-americana deixou de estar alicerçada somente no campo da produção, pois o elemento central deste poder hegemônico passaria a ter como base de sustentação o capital financeiro. Desta maneira, o neoliberalismo norte-americano passou a se configurar como uma ordem econômica capaz de controlar o mundo pelas finanças.

Logo as grandes potências mundiais, orientadas por essa nova ordem econômica, começaram a utilizar do capital financeiro para se firmarem enquanto potências econômicas. Sem dúvida, a característica marcante do neoliberalismo foi – e continua sendo – a política de privatizações. Nesse sentido, a afirmação destas potências dentro da política neoliberal dependeu diretamente da conjuntura político-econômica dos países de economia periférica. Muitos países da América Latina, África e Ásia foram obrigados a se render ao capital estrangeiro como estratégia para resolver os problemas constantes da crise econômica, que assolaram o globo após a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, “empresas domésticas florescentes foram obrigadas a abrir-se à absorção por empresas americanas, japonesas e europeias” (Harvey, 2014, 61).

4. A QUERELA DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

A chamada ‘bipolarização’ do mundo, no contexto da guerra fria, gerou um clima de instabilidade política muito grande entre as nações economicamente mais poderosas e, também, entre as nações de economia periférica. De um lado, a URSS com um extenso território alinhado ao regime socialista e, por outro lado, os EUA capitalista. Nessa perspectiva, a Guerra Fria revelou mais uma faceta do imperialismo: a estratégia de dominação norte-americana de consolidar sua hegemonia no mundo recorrendo ao combate ao socialismo soviético. De acordo com Theotônio dos Santos (2015, 16):

Esta era uma estratégia de confrontação global com a URSS e seus possíveis aliados, estabelecida pelos EUA e pela Inglaterra e baseada na doutrina da “ contenção” de uma suposta expansão soviética. De fato, a guerra fria foi implantada pelos estadunidenses, para consolidar sua hegemonia sobre o chamado Mundo Ocidental.

Outra questão importante do cenário político-econômico inaugurado pela Guerra Fria foi o processo de descolonização nos continentes africano e asiático. A independência de muitas colônias situadas nestes continentes revelou não somente a ideia de libertação e busca por autonomia desses povos, mas também revelou que a dominação imperialista não se daria mais nos moldes do domínio colonial. Mesmo estando numa condição soberana do ponto de vista jurídico, os novos Estados independentes da África e Ásia (inclui-se também os Estados independentes da América Latina) continuariam a sofrer com a influência e dominação das grandes potências. Em suma, a dinâmica política da guerra fria evidenciou, com a crise do colonialismo, um novo parâmetro nas relações de poder no mundo. A dominação a partir de então passou a se dar entre nações independentes, isto é, entre as chamadas nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

As transformações na estrutura de dominação do modelo capitalista, advindas da guerra fria, não foram suficientes para frear as aspirações imperialistas das chamadas potências centrais, em ocupar e dominar territórios. Pelo contrário, o imperialismo não se extinguiu, apenas tomou novas configurações. Segundo Virgínia Fontes (2010, 111), “Os formatos do controle imperialista

sobre territórios foram modificados e, em muitos casos, atuam a partir de sanções econômicas (e não diretamente pela ocupação política), persistindo, porém, a clássica ocupação territorial". Neste sentido, é importante esclarecer alguns pontos sobre a teoria da dependência, tendo em vista que esta teoria nos auxiliará na compreensão desse novo formato de imperialismo. No entanto, antes de refletir sobre tal teoria, algumas ponderações serão feitas sobre a teoria do desenvolvimento, com o objetivo de esclarecer determinados conceitos que envolvem ambas as teorias.

Ao clima de instabilidade política provocado pela Segunda Guerra Mundial, principalmente com a crise do colonialismo, acrescentou-se mais uma preocupação no campo das relações sociopolíticas e econômicas mundiais: o subdesenvolvimento. Desta maneira, os países considerados subdesenvolvidos – antigas colônias que conquistaram sua independência ao longo dos séculos XIX e XX – se orientaram no sentido de resolver os entraves políticos, econômicos e até mesmo culturais que obstaculizavam a consolidação de seu desenvolvimento. Vale destacar, como exemplo, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da América Latina. Além disso, no campo das Ciências Humanas, sobretudo no âmbito das Ciências Sociais, irromperam várias reflexões acerca de um possível desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Destas reflexões despontou a chamada teoria do desenvolvimento. Santos nos explica o surgimento da teoria do desenvolvimento da seguinte forma:

A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levasssem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional (Santos, 2015, 18).

Nessa lógica, os crentes na teoria do desenvolvimento acreditavam que o subdesenvolvimento era parte de um processo evolutivo que culminaria no desenvolvimento. Este desenvolvimento, por sua vez, identificado a partir da consolidação da chamada sociedade moderna, alinhada aos preceitos da racionalidade burguesa, ao modelo econômico capitalista, ao rompimento com os valores e as práticas tidas como tradicionais. Por este ângulo, a teoria do desenvolvimento passou a representar, enquanto método para vencer o subdesenvolvimento, um instrumento político para se alcançar um tipo de sociedade padrão. Em termos práticos, muitas nações se utilizaram desta teoria para impor um modelo de Estado desenvolvimentista, pois, segundo tal teoria, "o *atraso* dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização" (Santos, 2015, 24).

A teoria da dependência, por outro lado, nasce não somente enquanto contestação à teoria do desenvolvimento, mas, também, para expressar uma nova realidade no campo das reflexões acerca do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo a respeito das características deste desenvolvimento na América Latina. Elucidada na década de 1960, a teoria da dependência demonstrou, em sua análise, que o sistema capitalista era capaz de produzir, simultaneamente, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Em outras palavras:

Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (Santos, 2015, 26).

Dentre as correntes marxistas que ao longo do século XX se expandiram pela América Latina destaca-se, em particular, a corrente neomarxista do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO), tendo sido bastante influenciada pelos escritos de André Gunder Frank (1980) sobre o subdesenvolvimento. Frank vai postular a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento. O autor contesta a ideia de um desenvolvimento independente nos países de economia periférica, defendendo a concepção de que o subdesenvolvimento é gerado, assim como o desenvolvimento, não por processos históricos distintos, mas pelo mesmo processo histórico que

promove o desenvolvimento do capitalismo. Em suma, o capitalismo, segundo o autor, é capaz de produzir desenvolvimento e subdesenvolvimento simultaneamente.

Os teóricos do CESO buscaram refletir, de forma mais coesa, acerca das condições históricas da evolução política e econômica da América Latina, propondo uma análise destas condições identificadas com a realidade prática dessa região. Nessa linha, a teoria da dependência preconizada pelo CESO procurou romper, no que concerne ao terreno do pensamento social, com os aspectos metodológicos e científicos trazidos das potências centrais (Santos, 2015). De acordo com esta corrente de pensamento, a expansão do capital internacional pela América Latina conduzia os países da região a um tipo de desenvolvimento (ou ilusão de desenvolvimento) dependente, sendo o marco deste processo, o momento histórico dos golpes militares financiados pelos EUA, durante a Guerra Fria.

Em síntese, a teoria da dependência expõe que o desenvolvimento econômico não acontece por intermédio de etapas (como, por exemplo, a tese de que o subdesenvolvimento seria uma fase em direção ao desenvolvimento), mas, ao contrário, induz que o desenvolvimento dos países centrais depende da existência do subdesenvolvimento dos chamados países periféricos. Além disso, é importante ressaltar que o amadurecimento da teoria da dependência na América Latina está intimamente ligado ao contexto de luta e resistência da região em relação ao domínio imperialista das potências centrais, sobretudo em relação à forte influência dos EUA nos países latino-americanos. Nessa linha, a teoria da dependência revela seu caráter revolucionário, pois, além de evidenciar o problema do subdesenvolvimento, da posição da América Latina (e do chamado Terceiro Mundo) na divisão internacional do trabalho, mostrou-se também, capaz de construir todo um universo crítico identificado com a luta de classes.

Esse comprometimento revolucionário engendrado por alguns teóricos da teoria da dependência – Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, por exemplo – exterioriza a necessidade de romper com a dependência para vencer a barreira do subdesenvolvimento. A partir desse raciocínio, a condição subalterna dos países periféricos só será superada com a interrupção da dominação imperialista. Assim sendo, fica claro o nível de complexidade da teoria da dependência quando esta passa a negar o desenvolvimento econômico mundial pela via da modernização e da industrialização, isto é, pela via capitalista. Diante dessa complexidade, a questão da dependência tem sido fortemente debatida por críticos políticos e intelectuais, desde o fim da 2º Guerra Mundial, especialmente pelos grupos de esquerda. Na visão de Ianni (1974, 116):

Por essas razões, convém examinar a problemática da dependência de um ponto de vista crítico. É necessário, por exemplo, analisar questões tais como as seguintes: A noção de dependência não substitui a de imperialismo; ao contrário, uma se desdobra na outra, integrando-se ambas tanto empírica como teoricamente. Além disso, a discussão das estruturas de dependência pode elucidar o caráter das contradições entre as classes sociais nos países da América Latina.

Ao observar o caso do Brasil, por exemplo, a noção de que a expansão das relações capitalistas pelo país se deu sob a égide da dependência encontra respaldo, acima de tudo, pelo modo de integração deste país ao mercado mundial, bem como pela posição que este assumiu na escala da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, é preciso compreender que o Brasil se insere no contexto da economia mundial a partir de sua estreita relação com o capital internacional. Depreendem-se dessa análise as seguintes características: enquanto colônia, o Brasil esteve condicionado à posição de fornecedor de matéria-prima à Europa; após sua independência, sobretudo durante o século XIX, além de manter a característica de país exportador de produtos primários, esteve conectado ao mercado mundial com a entrada de manufaturas inglesas; já no século XX, pela própria dinâmica da divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento da economia nacional processou-se a partir da exportação de bens primários às nações em estágio de desenvolvimento mais avançado, sobretudo àquelas onde a industrialização se encontrava em escala ampliada (Marini, 2000).

4.1 BREVE NOTA SOBRE O BRASIL

O enquadramento do Brasil nas relações capitalistas internacionais revela o ponto central de sua condição dependente. O atributo de país exportador de produtos primários – elemento colonial que permanece após sua independência – representou, ao mesmo tempo, o de estorvo e o entrave ao

seu processo de inserção à economia mundial. Ou melhor, ao passo que a capacidade produtiva do setor agrícola brasileiro o integrava a dinâmica capitalista internacional, esta, por sua vez, o amarrava apenas nesta condição, tornando-o um país capaz de produzir riqueza, mas de desenvolvimento dependente.

A respeito disto podemos citar a questão da modernização agrícola que aqui ocorreu. Uma modernização tecnológica interna sob premissas externas, ou seja, financiada por capital estrangeiro para atender demandas internacionais que acabou, por seu turno, reelaborando e endossando a posição subalterna da economia brasileira diante das economias capitalistas classificadas como avançadas. Sendo assim:

Em outras palavras, é a partir desse momento [dessas características] que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2000, 109, Grifos do autor).

Refletir sobre a influência da dominação imperialista no Brasil não significa, antes de tudo, compartilhar da ideia de um Brasil completamente imobilizado pelos interesses estrangeiros. No entanto, é inegável que estes interesses estejam diretamente ligados ao contexto de integração do Brasil à dinâmica sociopolítica mundial, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. A própria relação de interdependência entre os países do mundo revela a grande influência das potências centrais em regiões com níveis de desenvolvimento inferior. Ou seja, por mais que os países periféricos tenham sua “autonomia” jurídica consolidada, aqui envolvendo também uma questão de soberania nacional, estes não se blindaram o bastante para evitar as imposições imperialistas sobre seu território, principalmente as imposições de caráter econômico.

Nesse sentido, no contexto político que antecede o golpe de 1964, o Brasil sentia os reflexos de uma política nacionalista iniciada por Vargas na primeira etapa de seu governo (1930-1945), e reforçada durante sua segunda passagem pela presidência (1951-1954). Naquele momento, havia consolidado no âmbito das classes sociais, uma forte burguesia nacional alinhada aos projetos desenvolvimentistas preconizados pela ideia de nacionalismo econômico. Por outro lado, crescia no Brasil os movimentos sindicais e de lutas operárias como resultado do avanço na legislação trabalhista, também iniciada na Era Vargas. No entanto, por mais que essa realidade venha denotar mudança a partir da segunda metade da década de 1950, com a chegada de Juscelino Kubitschek ao governo e a consequente rendição do Brasil ao capital estrangeiro, nada imperou mais para esta rendição, que o temor da elite nacional diante das reformas populares⁴ propostas por João Goulart no início dos anos de 1960.

A expansão da influência estrangeira no Brasil, principalmente a partir do Governo Kubitschek, como já citado, fez com que a burguesia nacional se associasse aos interesses dos grupos econômicos internacionais. Nessa perspectiva, esta associação se dava, entre outros elementos, pela ideia de controle das massas trabalhadoras, tendo em vista o crescimento dos movimentos sociais no país, especialmente com a proposta reformista de João Goulart. Desta maneira, uma reforma na legislação trabalhista atingiria diretamente – e negativamente – os interesses econômicos tanto da burguesia nacional quanto dos grupos imperialistas, interessados no controle da economia brasileira. Como afirmou Marx (1974, 43), “a legislação sobre o trabalho assalariado, marcada desde a origem com o selo da exploração do trabalhador e desde sempre dirigida contra ele”. Eis o cenário histórico do golpe de 1964. Sobre este fato, “o golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial” (Santos, 2015, 34).

O golpe de 1964, como já se sabe, inaugurou no Brasil uma estrutura política marcada pelo domínio político dos militares, caracterizada, sobretudo, pela ausência absoluta de liberdades democráticas, pelo consentimento da burguesia nacional, e pela forte influência do capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos da América. Esta influência, todavia, sinalizava a intervenção estadunidense nos assuntos políticos e militares do Brasil, situação que já vinha ocorrendo desde a década de 1950, através de acordos militares entre os dois países. Vale lembrar, como exemplo, a consolidação do ‘Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os

4 As chamadas Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart propunham uma série de transformações sociais e econômicas, objetivando mudanças radicais nos setores educacional, trabalhista e agrário do país.

Estados Unidos da América', assinado em março de 1952. Este acordo, por sua vez, estabelecia um vínculo entre estes dois países, no qual coube aos EUA fornecer materiais – tecnologia militar – para o Exército brasileiro, enquanto o Brasil, em troca, forneceria matéria-prima (recursos minerais) à indústria norte-americana.

No entanto, é necessário salientar que a interpretação sobre o robustecimento da Ditadura Militar no Brasil não pode ser atribuída somente ao resultado de uma estratégia externa, isto é, tão somente arquitetada pela iniciativa imperialista norte-americana. É preciso refletir sobre o apoio que os militares receberam de vários setores da sociedade brasileira, particularmente dos grupos pequeno-burgueses e, sem dúvida, das classes dominantes, ambos os setores temerosos diante de uma suposta guinada do Brasil ao comunismo. Apesar disso, mesmo levando em consideração o apoio interno destes grupos brasileiros, permanece a argumentação de que a intervenção norte-americana no contexto do golpe de 1964 reforça o papel subalterno do Brasil, perante as ações imperialistas das potências centrais.

Sob tal enfoque, a política externa brasileira sofreu notável mudança a partir de 1964. Desde então, o objetivo essencial desta política “parece ser obter uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos”. (Marini, 2014, 109). Contudo, por mais que esta adequação não resultou numa integração igualitária entre os países desenvolvidos e os países de economia periférica, a integração do Brasil à dinâmica capitalista mundial, através do vínculo com os EUA, fez com que o Brasil se tornasse porta-voz dos interesses norte-americanos na América Latina. Isto é, mesmo exercendo relativo domínio econômico e político sobre os demais países da América Latina, o Brasil seguiu – e segue – preso aos mandos imperialistas dos EUA. Sobre essa questão, e como reforço a nossa argumentação, é significativo observar que:

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave (Marini, 2014, 127).

Do ponto de vista de Marini (2014), a submissão das classes dominantes brasileiras – burguesia e latifundiários – ao processo de integração imperialista conduziu o Brasil ao contexto da modernização tecnológica. Por outro lado, esse avanço no campo tecnológico se deu através da absorção, pelo Brasil, de tecnologia obsoleta dos EUA, o que reforça a ideia de desenvolvimento dependente. A modernização da agricultura brasileira, por exemplo, ocorreu a partir desta absorção, ou seja, sob os padrões de uma integração imperialista que, na escala da divisão internacional do trabalho, amarrou o Brasil na condição de exportador de matérias-primas aos países desenvolvidos.

Em contrapartida, mesmo a partir da absorção de tecnologias obsoletas é preciso compreender que a evolução de determinados setores da indústria nacional, bem como a modernização que ocorre no campo, principalmente a partir da década de 1960, propiciou ao Brasil o status de economia dominante no que tange ao contexto da América Latina. Segundo Marini (2014), esta realidade revela o papel do Brasil na prática imperialista: o de exercer, na conjuntura político-econômica da América Latina, um tipo de subimperialismo. Neste sentido, este autor esclarece que:

O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense). Essa tentativa de integrar a América Latina econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo estadunidense e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e segue sendo hoje uma intenção (Marini, 2014, 130).

Pelo exposto, percebe-se que o projeto desenvolvimentista de caráter nacionalista empreendido por Vargas nos anos 1930, não suportou as investidas imperialistas por muito tempo. Ironicamente, este projeto de política econômica acabou vivenciando uma de suas primeiras rupturas na segunda passagem de Vargas pelo governo – já nos anos 1950 –, momento pelo qual as tentativas de arranjo

político entre o governo e as massas operárias fracassaram, sobretudo pelas ações do ministro do trabalho, João Goulart, que buscou atrelar os movimentos operários ao governo através da concessão de aumento no salário-mínimo. Após forte pressão interna – burguesia nacional – e externa – forças imperialistas – Vargas optou pela demissão de Goulart (Marini, 2014).

Outro ponto conflitante sobre o enfraquecimento dessa política econômica nacionalista foi a chamada ‘Instrução 113’. Esta, por seu lado, assinada durante o governo de Café Filho e preservada pelo governo de Juscelino Kubitschek, representava a direta aliança entre a burguesia brasileira e os grupos econômicos estrangeiros a partir da penetração de capitais imperialistas, particularmente dos grupos norte-americanos. Dentro desta ótica, o derradeiro elemento que selou o domínio imperialista no Brasil, como já citado, foi a consolidação da ditadura militar, em 1964. De acordo com Marini (2014, 147):

Essa penetração do capital imperialista apresentou três características principais: dirigiu-se, quase em sua totalidade, à indústria manufatureira e de base; deu-se sob a forma da introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos; e realizou-se em grande medida através da associação de companhias estadunidenses a empresas brasileiras.

A integração brasileira ao imperialismo exteriorizou, mais ainda, o aspecto contraditório do desenvolvimento capitalista em nações dependentes. Entre os elementos que reforçam esta ideia, dois em particular merecem destaque: o primeiro diz respeito à condição subimperialista do Brasil, pois, por mais que o país desempenhe relativo domínio em relação aos países da América Latina – exportando excedentes de sua produção –, este domínio não garantiu melhorias internas que o coloque no mesmo patamar das nações imperialistas; o segundo, por sua vez, revela a real participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, isto é, o de país exportador de produtos primários. Este último elemento, no que lhe concerne, se comprova pela modernização conservadora imposta ao setor agrícola brasileiro a partir dos anos 1950. “O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou a vida do velho sistema semicolonial de exportação no Brasil. [...] No lugar de libertar o país do imperialismo, vinculou-o ainda mais” (Marini, 2014, 158).

Outra questão relevante é perceber como a dependência se consolida internamente nos países subalternos. Dentre vários aspectos, vale ressaltar, pela própria reflexão histórica acerca do tema, o aspecto relacionado à exploração do trabalhador. O fato é que a integração dos países de economia periférica ao desenvolvimento capitalista mundial intensificou, ainda mais, o grau de exploração do trabalho. Desta maneira, incide sobre as nações subdesenvolvidas, de debilitado processo de industrialização, o peso de uma modernização tardia voltada para atender as demandas dos países industrializados. Isto é, na medida em que a exploração do trabalho nos países dependentes garante o abastecimento dos países desenvolvidos (principalmente o abastecimento de produtos primários, de subsistência), as nações industrializadas, desenvolvidas, usam os países dependentes como receptáculo de seus produtos. Esta é mais uma via de integração entre nações economicamente disparas no contexto da economia mundial. Segundo Marini (2000), esta integração pode ser caracterizada como um “Intercâmbio desigual”.

Além disso, é importante esclarecer, mesmo que de forma condensada, que esta exploração do trabalho nos países dependentes se dá, também, pela dominação ideológica. Ou seja, no interior das relações de produção capitalista o discurso hegemônico das grandes potências se converte em instrumento de controle ideológico, do qual as instituições da sociedade civil se utilizam para frear a resistência do trabalhador, frente à exploração a que este está sendo submetido. Desta forma, mesmo estando em condição subalterna, as classes dominantes das nações dependentes procuram reproduzir, em consonância com o poder do Estado, as relações econômicas que garantem a exploração, bem como o controle do trabalhador. De outro modo, “o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que passam a operar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação” (Marini, 2000, 119). No próprio curso da reprodução das relações capitalistas, os elementos que procuram subordinar o trabalhador ao contexto da produção, não se resumem exclusivamente ao uso da repressão política e militar – muito embora este tipo de repressão ainda se apresenta como uma realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as inúmeras justificativas que podem ser usadas para defender a importância de se insistir em reflexões acerca da economia política, destaca-se, sem dúvida, a ideia de que tal questão não deve se restringir ao âmbito do debate teórico. Entender o movimento imperialista, bem como perceber a condição de dependência econômica em que muitas regiões do globo se encontram é imprescindível para a edificação da luta contra a exploração.

Ainda que esta análise se restrinja ao curso do século XX, o que se constata atualmente é que os dispositivos de reprodução ampliada do capital permanecem inalterados. Nesse sentido, o novo imperialismo aprofundou a dependência e a submissão dos países periféricos em relação às potências econômicas globais. Em termos críticos, não há possibilidade de mudança nesse quadro sem que antes ocorram mudanças estruturais na função desempenhada pelo Estado e, principalmente, no modo pelo qual as relações econômicas no mundo foram alicerçadas.

Destarte, para usar o termo de Ruy Mauro Marini, o chamado “intercâmbio desigual” que marcou as relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre países centrais e periféricos foi concebido no percurso do tempo, isto é, ao longo da história. Disto deriva a importância de pensar tais questões pela égide do materialismo histórico-dialético. Afinal, o que o imperialismo deflagrou de modo mais explícito são suas próprias contradições. Configura-se como um tipo de dominação que, desde sua origem, vem se reestruturando de modo que as práticas capitalistas continuem se perpetuando, assegurando o domínio político-econômico do mundo sob o controle da fração burguesa detentora do grande capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2019.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, Antônio. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CRUZ, Edilene. A questão da hegemonia e os processos políticos do Ocidente em Gramsci. In: ROIO, Marcos Del (Org.). *Aspectos de Gramsci*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. P. 57-74.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.
- FERREIRA, Paulo Sérgio Souza. *O imperialismo: os teóricos precursores e o debate contemporâneo*. 2013. 102p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - FFLCH/USP, São Paulo, 2013. (Série Produção Acadêmica Premiada).
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FRANK, André Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da*
- CARDOSO, PEDRO HENRIQUE M.

dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antônio. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBSON, J. A. *Estudio del Imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo: uma breve introdução*. Porto Alegre: L&PM, 2024.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global editora, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2014.

MARX, Karl. *A acumulação primitiva do capital*. Porto: Publicações Escorpião, 1974. (Cadernos O Homem e a Sociedade).

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAES, Flávio Azevedo Marques; SAES, Alexandre Macchione. O Imperialismo e a Primeira Guerra Mundial. In: _____. *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 293-313.

SADER, Emir. *Estado e política em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Theotonio Dos. *Teoria da dependência – balanço e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015.